

Em busca de uma política comercial

Vencido o obstáculo da reeleição, é preciso corrigir quadro protecionista instalado em três anos

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

A reunião de Cúpula das Américas realizada recentemente em Santiago foi marcada pela cristalização de importante vitória da diplomacia econômica brasileira. Depois de quase quatro anos de negociações após a Cúpula de Miami, prevaleceu a posição brasileira de que as negociações substantivas sobre acesso a mercados deverão conduzir a resultados concretos a partir de 2005, data inicialmente fixada para o término das negociações e formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Como alguns suspeitavam, o voluntarismo dos negociadores norte-americanos durante esse período não encontrou respaldo político interno. Esse fato foi tornado evidente pela derrota do Executivo na sua tentativa de obter o *fast track*, a autoridade de negociar a integração hemisférica e depois submeter o resultado para aprovação ou rejeição, na sua totalidade, pelo Congresso. Esse tropeço da administração Clinton foi crucial para viabilizar a posição brasileira, dada a quase unânime simpatia hemisférica quanto à importância de uma “colheita precoce” de resultados concretos, a despeito do que se havia acertado em Miami.

A derrota do *fast track* nos EUA tem sido frequentemente mencionada como uma vitória do “protecionismo”. Certamente o lobby protecionista teve papel importante na derrota presidencial, mas é certamente enganoso daí deduzir que a ênfase na integração hemisférica possa ser demonstração de adesão a uma política comercial liberal. A despeito do nome, a Alca será uma zona de comércio preferencial, isto é, o livre comércio restringe-se a seus integrantes, havendo discriminação dos países ou blocos comerciais fora do âmbito da iniciativa. Uma política comercial liberal dos EUA não enfatizaria o objetivo de criação da Alca, mas sim uma nova rodada de negociações, na Organização Mundial de Comércio, em busca de liberalização multilateral não discriminatória. Não é por outra razão que a frente de opositores da concessão do *fast track* incluiu desde um protecionista deslavado como o líder da bancada democrata na Casa de Representantes, Richard Gephardt, até um liberal empedernido como Ihagdish Bhagwati, da Universidade de Colúmbia.

A posição defendida pelo Itamaraty não foi objeto de contestação relevante no Brasil, apesar de algum jogo de cena por parte de deputados opositores particularmente mal informados. O argumento de que a integração hemisférica tem relevância política, mas que reduções tarifárias adicionais seriam mais bem acomodadas em prazo mais longo é bastante poderoso. Entretanto, é preciso reconhecer que a solidez do apoio a essa posição decorreu em parte do endosso dos lobbies protecionistas.

Esses bons resultados da diplomacia comercial brasileira – certamente no caso da Alca, mas também quando o objetivo a defender era muito menos razoável, como no caso da política do setor automobilístico – ressaltam o grande contraste entre a alta qualidade da diplomacia comercial brasileira e a mediocridade do processo de formulação da política comercial. A política comercial estabelecida nos últimos três anos inspirou-se mais na tradição protecionista do que na liberalização ocorrida entre 1987 e 1994. Alguns exemplos: dádioso regime automotivo de 1995; permanente mudança de alíneas tarifárias; endosso de aumento tarifário na Tarifa Externa Comum do Mercosul, decorrente da abolição da taxa estatística argentina; concessão de aumentos tarifários e subsídios creditícios para produtores multinacionais engajados em projetos de substituição de importações; inclusão de critérios relativos à origem de equipamentos em regras para privatização de serviços de telecomunicações; uso indevido de salvaguardas. O Ministério da Indústria invariavelmente assumiu

a defesa do protecionismo. E, no entanto, pouco se fez em relação à defesa comercial convencional, baseada em processos relativos a direitos *antidumping* e à compensação de subsídios e em legislação aceita internacionalmente.

Essa situação deve ser corrigida no futuro, vencidos os obstáculos sucessórios. Parece provável a vitória do presidente em outubro e, também, um cenário não-menemista em que não haja busca de terceiro mandato. Também não parece provável cenário do tipo Luís XIV, um *après moi le déluge* tropical, ao estilo de Juscelino Kubitschek. O presidente terá todas as condições de cumprir o seu programa inicial, ou seja, terminar de pôr a casa em ordem e ser reconhecido como o presidente que acabou com a inflação, equilibrou as contas públicas, abriu os mercados, reduziu o Estado ineficiente, criou o Estado regulador eficaz e adotou uma política social decente.

No terreno da política comercial, isso envolverá tornar a consolidação da abertura de mercados um dos pilares efetivos da política de comércio exterior, somando-se à política de estímulo às exportações. Significará também o abandono por parte do governo de qualquer veleidade de que burocratas sabem escolher melhor do que empresários. É essencial que, de novo, seja estabelecido um balizamento crível do que serão os níveis tarifários no futuro, talvez rumo à tarifa única no longo prazo.

Uma das vantagens de tal sistema é que uma vez definido acaba o mercado persa de concessões tarifárias. Outra das vantagens é criar de um golpe um grupo de defensores da nova política comercial nos setores beneficiados pelo aumento tarifário. Como em qualquer país com política tarifária estabilizada, deverá existir um sistema eficaz de defesa comercial. Para isso, entretanto, é essencial que o governo resolva conceder efetiva prioridade à construção institucional de defesa comercial e mobilize recursos compatíveis com esse objetivo.

A adoção de uma verdadeira política comercial em que o sucesso negociador esteja combinado com decisões racionais e coerentes quanto às suas características essenciais vai requerer concentração do processo decisório e, portanto, coragem política, pois hoje, mesmo executando os assuntos setoriais, pelo menos quatro ministérios estão envolvidos no processo decisório. Se todos fazem política comercial, ninguém faz política comercial.

* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.